

deputado federal

AFONSO MOTTA

Informativo parlamentar - nº 18 - Dezembro/2020

O MANDATO EM TEMPOS DE PANDEMIA

Esse ano ficará marcado na história do Brasil. Um 2020 difícil que já começou sofrendo as consequências na política de uma polarização sem fim e diversos retrocessos tanto na área social como econômica. A pandemia da Covid-19, que pegou o mundo inteiro de surpresa e tirou milhares de vidas, exigiu de todos nós um esforço não só para cumprimento do isolamento necessário, mas também para nos mobilizarmos em defesa da vida e da economia nacional.

O papel do Estado brasileiro nunca se mostrou tão essencial: combater a fome e miséria com o auxílio emergencial, em um momento em que o desemprego atinge recordes históricos, e apoiar com diversas outras ações pequenos e médios empreendedores. Garantir a manutenção de empregos e acesso à saúde para todos. Um desafio em que o Parlamento desempenhou, mais uma vez, um papel essencial e de protagonismo. Por meio virtual, votamos matérias muito importantes que garantiram essa proteção da população brasileira, bem como recursos suficientes para a sobrevivência dos Estados e Municípios.

Passada as eleições, que também mostram novos caminhos que se iniciam pela força que vem dos municípios brasileiros, nós seguiremos na análise, proposição e aprovação de projetos importantes no Legislativo, contribuindo mais uma vez para a construção desse grande projeto nacional que queremos para o Brasil e o Rio Grande! Um Natal de paz e saúde a todos e que 2021 nos traga energia para continuarmos a batalha em defesa da democracia e do bem estar social!

OS DESAFIOS DO PARLAMENTO

Em 2020, o grande desafio do Parlamento brasileiro foi o combate à pandemia do novo coronavírus. Enfrentar as consequências dessa crise sanitária e dar respostas para amenizar o sofrimento do povo foi a maior tarefa desse ano. Para isso, a Câmara dos Deputados aprovou, com grande articulação e diálogo entre os mais diversos partidos, importantes medidas de preservação da vida, do trabalho e da atividade econômica, combatendo o inimigo em comum, a Covid-19.

O Parlamento brasileiro foi destaque mundial pelas votações virtuais, a partir da criação de um sistema de deliberação remoto, modelo inovador que permitiu a continuação e intensificou os trabalhos legisla-

tivos em meio à pandemia, um momento histórico no poder Legislativo do país.

Para o deputado federal Afonso Motta, avançar nas pautas para combater a Covid-19 e as suas consequências foi uma das grandes lutas do seu mandato em 2020. “O momento foi de ação do Parlamento, com toda a responsabilidade e cautela que garantiu ao que estava ao nosso alcance que trabalhadores e o setor produtivo não ficassem desamparados e o caos não se aprofundasse ainda mais no país. Mas o caminho para a recuperação econômica e o combate às desigualdades fruto desse período ainda é longo”, afirmou.

O deputado lembrou ainda a **aprovação de projeto que garante o envio de merenda escolar** diretamente para pais dos alunos, além do **uso de telemedicina**, em caráter emergencial, enquanto durar a crise ocasionada pelo coronavírus. A regra vale para todas as atividades da área da saúde: médicos, psicólogos, nutricionistas, entre outros. Um importante passo num momento de grande restrição de deslocamento para tratar e prevenir doenças, evitando um desamparo médico em momento onde a capacidade de atendimento dos hospitais encontra-se limitada.

Além disso, Afonso Motta também defendeu a **aprovação do Programa Nacional de Apoio às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe)**, que prevê uma linha de crédito de R\$ 10,9 bilhões para empresas no enfrentamento a pandemia. Para o parlamentar, essa proposta se insere nesse contexto emergencial, além de ser uma medida importante que vai contribuir com o fortalecimento e desenvolvimento dos pequenos negócios. A proposta vai impedir a falência de muitas empresas. “Acreditamos que a retomada das atividades é importante, no entanto, é necessário que haja serenidade, tranquilidade e um conjunto de regulações e articulações a nível federativo para trazer de volta a normalidade dos trabalhos”, disse.



CONFIRA ALGUMAS DAS MEDIDAS APROVADAS PELO CONGRESSO QUE JÁ SÃO LEIS:

PL 9236/2017

Transformado na Lei Ordinária 13982/2020 - Auxílio Emergencial

Uma das primeiras medidas aprovadas para socorrer a população foi a criação da renda básica emergencial no valor de R\$ 600 para os trabalhadores informais, autônomos e sem renda fixa, desempregados durante a pandemia da Covid-19. O PDT lutou tanto pela prorrogação do auxílio quanto para o aumento da quantia, ou pelo menos, dada a negação do governo federal em negociar, a manutenção do valor do auxílio.

PDL 88/2020

Transformado no Decreto Legislativo 6/2020 - Reconhecimento de calamidade pública

O Parlamento reconheceu que a pandemia foi um momento em que precisava ser gasto mais para amparar devidamente a população. Por isso, foi aprovado o reconhecimento de calamidade pública permitindo que o Executivo invista mais do que o previsto nas metas fiscais para custear ações de combate à pandemia.

PL 786/2020

Transformado na Lei Ordinária 13987/2020 - Distribuição de merenda

Em meio à pandemia, as escolas ficaram fechadas e o impacto foi enorme para muitas famílias que dependiam da alimentação escolar para sobreviver. Dessa forma, o Congresso aprovou a lei que prevê a distribuição de alimentos da merenda escolas a famílias de estudantes que tiveram aulas suspensas na rede pública de ensino.

NOVAS PAUTAS

Com o fim das eleições, o Parlamento precisa avançar em novas pautas e desafios que ajudarão o país no desenvolvimento econômico e social. O PDT segue com seus princípios partidários, com base na bandeira do trabalhismo, defendendo o trabalhador brasileiro, mas sem abrir mão do desenvolvimento econômico. É garantir oportunidades para todos, com justiça social e na defesa da soberania nacional. Por isso reafirmamos nosso compromisso com o povo brasileiro e gaúcho, trabalhando incansavelmente em busca de alternativas para avançarmos na economia, sem abrir mão da justiça social e do fortalecimento do Estado Democrático de Direito. Veja as pautas que estarão presentes nos debates nas próximas semanas e que desde já merecem nossas críticas e contribuições:

Reforma Tributária - Juntar em um só imposto, o chamado Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), cinco tri-

butos sobre o consumo de bens e serviços que hoje são cobrados pelo governo federal, estados e municípios (PIS, Cofins, IPI, ICMS e ISS). Essa é a proposta de reforma tributária que a Câmara está analisando.

Reforma Administrativa - Conjunto de ideias legislativas que debatem mudanças na estrutura das carreiras, estabilidade, salários e benefícios do serviço público brasileiro.

Reforma Federativa - A proposta tem objetivo de alterar o atual Pacto Federativo, estabelecido pela Constituição de 1988, descentralizando recursos. É o debate para alterar um conjunto de regras constitucionais que determina as obrigações financeiras, as leis, a arrecadação de recursos e os campos de atuação da União, dos estados e dos municípios.

PL 668/2020

Transformado na Lei Ordinária 13993/2020 - Proíbe a exportação de respiradores

A saúde brasileira precisou de todos os esforços possíveis. Diante disso, o Parlamento aprovou medida que proíbe a exportação de respiradores, equipamentos de proteção individual e monitores multiparâmetro durante a pandemia. Assegurar que o sistema de saúde no país tivesse capacidade para salvar vidas foi o que levou a criação da lei.

MP 938/2020

Transformado na Lei Ordinária 14041/2020 - Auxílio da União

Com a pandemia, foi necessário investir mais em diversos setores. Por isso, aprovamos a medida que cria auxílio financeiro da União, de até R\$ 16 bilhões, aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios, para mitigar efeitos econômicos em decorrência da pandemia de Covid-19.

PL 2824/2020

Transformado na Lei Ordinária 14073/2020

Diversos setores foram afetados com a pandemia. Por isso, aprovamos a proposta que prevê socorro financeiro de até R\$ 1,6 bilhão ao setor do esporte.

MP 907/2019

Transformada na Lei Ordinária 14002/2020

Com a pandemia, o setor de turismo foi um dos afetados, para amenizar esses danos foi criada essa lei que permite à Embratur ajudar no processo de repatriação de brasileiros impossibilitados de retornar ao País por causa da pandemia de Covid-19.

MP 944/2020

Transformado na Lei Ordinária 14043/2020

Concede uma linha de crédito especial para pequenas e médias empresas pagarem a folha de salários durante a emergência decorrente do coronavírus.

PL 1397/2020

Cria regras transitórias para empresas em recuperação judicial e também para tentar evitar que outras empresas em dificuldades cheguem a esse ponto, antecedente à falência.

PLP 1282/2020

Transformado na Lei Ordinária 13999/2020 - Apoio aos microempreendedores

A pandemia agravou ainda mais a situação econômica que o país estava. Para evitar o fechamento de empresas e aumentar o desemprego, foi aprovada linha de crédito especial para micro e pequenas empresas. Com isso, os empreendedores poderão solicitar empréstimos de até 30% no valor correspondente à receita bruta obtida em 2019.

MP 967/2020

Transformado na Lei Ordinária 14055/2020 - Investimento em saúde

Para enfrentar a covid-19, foram destinados crédito extraordinário de R\$ 5,566 bilhões para o Fundo Nacional de Saúde e Fundação Oswaldo Cruz. Serão liberados R\$ 4,853 bilhões destinados ao Fundo Nacional de Saúde (FNS) e R\$ 713,2 milhões vão para a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz).

PL 1006/2020

Transformado na Lei Ordinária 13995/2020

Prevê a transferência de R\$ 2 bilhões da União para santas casas e hospitais filantrópicos (sem fins lucrativos), para o combate à pandemia de Covid-19.

MP 909/2019

Transformada na Lei Ordinária 14007/2020

Destina R\$ 9 bilhões do fundo da Reserva Monetária do Banco Central para financiamento de ações de combate ao novo coronavírus.

PL 735/2020

Transformado na Lei Ordinária 14048/2020

Estabelece medidas para ajudar agricultores familiares durante o estado de calamidade pública relacionado ao coronavírus.

PLP 149/2019

Oferece ajuda financeira da União a estados, Distrito Federal e municípios para compensar a queda de arrecadação do ICMS e do ISS deste ano causada pela pandemia de Covid-19.

PL 1075/2020

Transformado na Lei Ordinária 14017/2020 - Lei Aldir Blanc

Um dos setores impactados pela crise foi o cultural. Para amparar toda a cadeia produtiva ligada a essa importante área para o país foi aprovada uma ajuda de R\$ 3 bilhões ao setor cultural durante a crise causada pelo coronavírus. O investimento foi repassado aos estados, municípios e ao Distrito Federal, que vão aplicar os recursos na renda emergencial para os trabalhadores do setor e em subsídios mensais para manutenção dos espaços e em outros instrumentos como editais, chamadas públicas e prêmios.

MP 976/2020

Transformado na Lei Ordinária 14067/2020

Investir na saúde é a melhor maneira de enfrentar a pandemia. Dessa forma, foi aprovada a medida que abre crédito extraordinário de R\$ 4,489 bilhões ao Ministério da Saúde para ações de combate à pandemia.

PEC 10/2020

Transformada na Emenda Constitucional 106/2020

Para evitar problemas jurídicos, essa lei permite a separação do orçamento e dos gastos realizados para o combate à pandemia de coronavírus do orçamento geral da União, afastando possíveis problemas jurídicos para os servidores que processam as decisões sobre a execução orçamentária.

PL 848/2020

Transformado na Lei Ordinária 14028/2020

Atribui validade por prazo indeterminado às receitas de medicamentos sujeitos a prescrição e de uso contínuo durante o estado de calamidade pública relacionada ao coronavírus.

MP 963/2020

Transformado na Lei Ordinária 14051/2020

Libera R\$ 5 bilhões para minimizar os impactos do novo coronavírus no setor de turismo.

Aprovadas na Câmara dos Deputados e em análise no Senado Federal

PL 1106/2020

Torna automática a inscrição de famílias de baixa renda incluídas no Cadastro Único nas regras da Tarifa Social de Energia Elétrica (TSEE).

ELEIÇÕES 2020

Outro grande desafio para o ano de 2020 foram as eleições municipais de 2020. Devido à pandemia da Covid-19, foram necessárias diversas mudanças e inclusive o adiamento do pleito para garantir a realização dessa importante ação da vida nacional. Mesmo com tantas dificuldades, a democracia novamente se fortalece e traz reflexões importantes.

O resultado demonstrou que a população não deseja mais extremismos, não permite mais o discurso de ódio e quer gestores experientes comprometidos

com projetos de desenvolvimento. É a boa política que volta a envolver o cidadão e traz consigo novas lideranças.

O PDT avançou em todo o país conquistando 3.345 vereadores e 314 prefeituras, totalizando quase 10 milhões de brasileiros

que acreditaram junto conosco que é possível construir um Brasil com mais igualdade, emprego, saúde e educação. Foi o partido do campo progressista que mais elegeu prefeitos e vereadores! E no segundo turno, ganhou em duas capitais: Fortaleza, com Sarto, e Aracaju (SE), com Edvaldo Nogueira, e ainda elegeu o pedetista Sérgio Vidigal em Serra (ES), cidade com mais de 200 mil eleitores. O PDT ainda elegeu 4 vice-prefeitos: Ana Paula Matos, em Salvador; Aila Cortez em Natal; Isabella de Roldão, no Recife; e Ronaldo Lessa em Maceió!

Parabenizamos todos os nossos candidatos, eleitos e não eleitos, pela campanha aguerrida, mostrando propostas para um Brasil cada vez melhor! Agradecemos o voto de confiança de cada um que sonhou e acreditou nesse projeto de país que tanto defendemos. O PDT segue crescendo, fazendo jus a sua história e aos milhões de votos de esperança depositados por cada cidadão! O Trabalho está renovado e com muita energia para defender o Brasil.

PREFEITOS ELEITOS 314

VEREADORES ELEITOS 3.345

ELEIÇÕES NO RIO GRANDE

No Rio Grande do Sul, foram **65 prefeitos e 706 vereadores** pedetistas que conquistaram vitória no pleito no primeiro turno. A democracia se fortaleceu em todo o país. No nosso estado gaú-

cho, procuramos acompanhar os municípios onde temos maior participação no debate público. Continuaremos a contribuir com recursos para investimentos no Rio Grande do Sul, onde temos marcado presença e deixado diversas realizações em todas as regiões do estado.

MAIS INVESTIMENTOS

O deputado Afonso Motta, por meio do seu mandato e articulação em Brasília, garantiu até o presente momento mais de R\$ 104 milhões em emendas parlamentares, cumprindo com o compromisso pelo desenvolvimento dos municípios da Fronteira Oeste e

todo o estado gaúcho. São recursos que vão permitir avanços para os municípios gaúchos em áreas como Saúde, Agricultura, Infraestrutura, Educação, Turismo, Esporte, Cultura, Segurança Pública e Direitos Humanos! São 653 emendas em benefício do nosso povo!

MAIS DE R\$ 104 MILHÕES EM EMENDAS Um total de 653 emendas em diversas áreas!

336 SAÚDE

134 AGRICULTURA

67 INFRAESTRUTURA

53 EDUCAÇÃO

17 TURISMO


16 ESPORTE

13 CULTURA

11 SEGURANÇA

6 DIREITOS HUMANOS

(emendas individuais, de bancadas e extra-orçamentárias)

 afonsomottaopina

 @afonso_motta

 afonsomottaoficial

Brasília: Praça dos Três Poderes - Câmara dos Deputados, Gabinete 528, Anexo IV, CEP: 70160-900, Brasília/DF.
Telefone: 61 3215-5528 . Email: dep.afonsomotta@camara.leg.br.
Porto Alegre: Rua Andrade Neves, 14, 13º andar, Conjunto 1302, Edifício Manhattan, CEP: 90010-210, Porto Alegre/RS.
Telefone: 51 3398-8098
Diagramação e produção de textos: Agência Libre (Jornalista responsável: Flávia Rochet - MTB 7353/DF)
Fotos: Alexandre Amarante/Fábio Martins.

deputado federal
**AFONSO
MOTTA**